

A mulher surda na comunidade de surdos

Carlos Roberto Martins*

RESUMO: Neste artigo conceituo alguns termos como *comunidade surda*, ser *surdo*, no sentido de mostrar que a língua de sinais não é a única característica da comunidade dos surdos. Também as questões políticas e sociais contribuem para a formação desta comunidade, que também possui diferenças; não apenas a língua, mas as questões de gênero estão fortemente ligadas à vida cotidiana de surdos e surdas. A língua de sinais chega tardiamente aos surdos, conseqüentemente, também as informações. Trago alguns aspectos da realidade de surdos e ouvintes no que diz respeito às informações sobre saúde sexual. Em sua luta constante contra o machismo, a mulher surda agora também luta contra a discriminação por ser surda. Conforme a sociedade se movimenta e realiza suas conquistas, a comunidade dos surdos também realiza suas conquistas pelo direito de ser surdo.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidade dos surdos, cultura, gênero, sexualidade, mulher surda.

ABSTRACT: In this article some terms regarded as the deaf community * * be * deaf *, to show that the language of signs is not the only characteristic of the deaf community. Also the political and social issues contribute for the formation of this community, which also has differences, not only language, but the issues of gender are strongly linked to everyday life of deaf and deaf. The language of signals arriving late to the deaf, consequently, also the information. Bring some aspects of reality of deaf and hearing with respect to information on sexual health. In their constant struggle against machismo, a deaf woman now fight against discrimination for being deaf. As the company moves and performs its achievements, the community of deaf people also place their achievements for the right to be deaf.

KEYWORDS: Community of the Deaf, Culture, Gender, Sexuality; Women Daft.

* Professor de Libras e Mestrando em Educação no Unilasalle, Canoas/RS. Endereço eletrônico: Carlosrportal@bol.com.br

Introdução

Falar em gênero, sexualidade e relações de poder me fez pensar nos surdos como uma questão de gênero por se tratar de uma minoria lingüística. Dentro desta minoria, tratarei de como as relações de poder ocorrem para os surdos, principalmente para a mulher surda.

Não considero difícil falar sobre os surdos como minoria numa sociedade de ouvintes. Para tanto, faço uso de algumas palavras do autor argentino Carlos Skliar sobre o assunto. Em suas pesquisas sobre o multiculturalismo, Skliar (1998b, p.1) afirma que a surdez foi construída ao longo dos anos com concepções diferentes, mas o reconhecimento do gênero surdez aparece na concepção crítica, em que o autor menciona que a língua e as representações que os surdos possuem são constituídas de significados e de identidades surdas. Para ele, as representações de raça, classe e gênero são resultados de lutas sociais dos surdos: “existe uma cultura surda que se diferencia da cultura dos ouvintes por meio de valores, estilos, atitudes e práticas diferentes” (SKLIAR, 1998b, p. 1).

Quando falo em gênero entendo sua definição como um agrupamento de indivíduos, objetos, fatos ou ideias que têm características semelhantes, ou que pertençam a uma classe ou tipo em comum. Não penso na palavra gênero apenas como distinção entre os sexos, embora seja significativo, mas como forma de distinguir os grupos sociais sem que isto interfira no direito de igualdade.

Sá (2006) diz que os grupos de surdos não se constituem em uma minoria apenas por sua língua, mas por serem um grupo social organizado que luta por respeito e por seus direitos, assim como os negros e os índios. A autora afirma que a sociedade tem dificuldades em entender a existência da cultura surda porque a maioria das pessoas baseia-se num “universalismo”, ou seja, tentam neutralizar as relações alegando que, por viverem numa sociedade ouvinte, os surdos possuem propriedades comuns. Para ela os grupos de surdos não se constituem em uma minoria apenas por sua língua, mas por serem um grupo social organizado que luta por respeito e por seus direitos, assim como os negros e os índios. A autora afirma que a sociedade tem dificuldades em entender a existência da cultura surda porque a maioria das pessoas baseia-se num “universalismo” (WRIGLEY, 1996 *apud* SÁ, 2006, p.116), ou seja, tentam neutralizar as relações alegando que, por viverem numa sociedade ouvinte, os surdos possuem propriedades comuns. No entanto, isto não confere, as comunidades de surdos também possuem diversidade cultural e diferenças na “raça, gênero, classe, nacionalidade, condição física e em outras fontes de ‘diferença’” (SÁ, 2006 p. 117).

Os surdos constituem grupos sociais que têm interesses, objetivos, lutas e direitos em comum, mas, sendo um grupo social, como outro qualquer, dentro de sua própria configuração acontecem tensões semelhantemente verificadas em outros grupos. (SÁ, 2006, p. 114)

Sá (2006) salienta que os grupos que se organizam e se formam dentro da sociedade iniciam uma luta por poderes e saberes em função das diferenças que apresentam.

Nenhum ser humano está imune a desejos de dominação e poder. Logo, se não houver cuidado quanto a essa questão, acaba-se reproduzindo exclusões semelhantes àquelas que estão sendo confrontadas [...] Ora, é preciso haver solidariedade na diferença, para que as conquistas políticas sejam menos sonhadas e mais concretizadas, ainda que se saiba que a luta por poderes sempre existirá. (SÁ, 2006, p. 117)

Bueno (1998), ao explicar os termos *cultura surda* e *comunidade surda*, faz inferências a alguns autores que conceituam estes termos. Para ele, o termo *cultura* reflete a dominação de determinados grupos sobre outros: de uma classe sobre outra, do homem sobre a mulher, do branco sobre o negro, do ouvinte sobre o surdo.

Na medida em que os teóricos da surdez se apropriam dessa concepção, transformam essa diversidade cultural em homogeneidade cultural (cultura ouvinte), reduzindo – e muito, a meu ver – a riqueza teórica dessa abordagem. O mundo passa a ser dividido entre “cultura ouvinte” (dominadora) e “cultura surda” (dominada). O que identifica o segundo grupo é a surdez, independentemente de raça, classe ou gênero (BUENO, 1998).

O autor refere que o termo *comunidade surda* não condiz com o que realmente existe dentro da *comunidade dos surdos*. O termo *comunidade surda* é entendido como um grupo composto somente de surdos, mas é fato que os ouvintes também a compõem.

Existem situações em que os membros da Comunidade de Surdos não são Surdos, mas se identificam com os problemas da surdez (parentes, profissionais) ou fazem parte de uma família Surda (filhos ouvintes de pais Surdos), ou ainda Surdos que vêm de outros lugares e que ainda não aprenderam toda a escala de habilidades requeridas para aquela comunidade. (...) Existe a questão também daqueles surdos que não pertenciam à Comunidade de Surdos e que se juntam a ela mais tarde na vida (BUENO, 1998).

Para Moura (1996, p. 123-124), “ser membro da Comunidade de Surdos significa identificação com os Surdos, ter compartilhado experiências de ser Surdo e participar das atividades da comunidade”. Os surdos se encontram e formam guetos, se expressam e utilizam a língua de sinais.

É possível compreender que há uma diversidade de surdos dentro da comunidade dos surdos, como surdos brancos, negros, ricos e pobres, portanto, esta comunidade não é homogênea, mas é o lugar onde os surdos se encontram, compartilham a mesma língua, sentem-se iguais diante de outros surdos. As escolas para surdos, clube de surdos, eventos esportivos de surdos, festas de

surdos, são lugares que firmam esta igualdade. Porém, a igualdade que coloco aqui se refere à “identidade surda” que se firma, porque os surdos possuem suas diferenças, seus conhecimentos; cada surdo possui sua própria bagagem cultural, que surge na família, nas relações sociais, na convivência com a sociedade ouvinte.

Diniz (2001) relata que os surdos possuem características semelhantes aos imigrantes com relação à língua e que esta estratégia comparativa é defendida como diversidade cultural. Cita Harlan Lane, um dos principais genealogistas da cultura surda quanto ao termo *surdos*, que não é ofensivo, mas uma forma de caracterizar a diferença “... assim como falamos “os franceses” ou “os ingleses”, é também correto falarmos “os Surdos”. A expressão “pessoas com deficiências auditivas” é externa à cultura surda...” (LANE, 1997 apud DINIZ, 2001, p. 3).

A autora ainda menciona Roslyn Rosen, presidente da Associação Estadunidense de Surdos, ao comparar a surdez a minorias étnicas: “... eu sou feliz como sou... e não gostaria de ser “curada”... em nossa sociedade, todos concordam que os brancos têm uma vida melhor que os negros. Mas alguém imaginaria que uma pessoa negra deveria fazer uma operação para se tornar branca?...” (DINIZ, 2001, p.3).

Os surdos e a sexualidade

Sabe-se que a aprendizagem tardia da língua de sinais pelos surdos é um dos principais responsáveis pela falta de informações sobre a sexualidade. Cursino (2006, p. 32) cita Goldfeld (1997) ao afirmar que o “problema do surdo não é orgânico e sim social e cultural”, pois se os pais não dominam a língua de sinais, surgem dificuldades na relação e na comunicação ao terem que lidar com interesses psicossociais e sexuais de seus filhos. Em suas pesquisas sobre orientação sexual para jovens adultos com deficiência auditiva, Cursino e demais autoras abordam sobre as primeiras relações de comunicação estabelecidas entre mãe e filho:

Leibovici (1990) aborda a importância da audição para o despertar de diversas reações nos seres humanos, enfatizando que a relação mãe-filho tem papel primordial no desenvolvimento da personalidade da criança e que a percepção do som permite à mãe receber da mãe pistas auditivas que trazem a ela sentimentos como o de amor, segurança, conforto etc. O que acontece com a criança surda é que até consegue experimentar as sensações de conforto quando é segurada e acariciada pela mãe, mas perde outras comunicações apenas captadas pelo mecanismo auditivo. Quando esta criança cresce e vai se relacionar com o mundo dos ouvintes, acaba sofrendo grande impacto.

Com isto, o autor explica que embora o potencial dos surdos seja o mesmo das pessoas ouvintes, muitos nunca desenvolveram totalmente seu potencial, pois houve a falta da comunicação, que facilitaria um desenvolvimento constante e natural (CURSINO *et al*, 2006, p. 32-33).

Também é importante levar em consideração que os atrasos cognitivos nas crianças surdas se devem, primeiramente, ao desenvolvimento diferente na criança ouvinte. Devido à privação da comunicação, a criança surda constitui sua aprendizagem a partir do concreto, pois as reflexões abstratas são difíceis de serem pensadas se não existir uma comunicação que “priorize diferentes formas de linguagem e não somente a oral” (CURSINO *et al*, 2006 p.32). A falta de comunicação por meios de outras formas de linguagem acarreta em dificuldades sobre o pensamento hipotético dedutivo (MARCHESI, 2004 *apud* CURSINO *et al*, 2006, p. 32). Este pensamento é caracterizado por diálogos, cinema, televisão, rádio, restringindo e limitando o acesso à comunicação e ao conhecimento da realidade.

Maia (2001b) *apud* Cursino (2006, p. 35) afirma que “problemas ou as inabilidades sociais das pessoas com deficiência apontados pelos educadores (...): não decorrem da deficiência em si, mas da falta de uma orientação sexual adequada ou de um processo de educação sexual deficitário ou inadequado”. Na busca de argumentos que justifiquem tamanha falta de informações sobre a sexualidade entre os surdos, as autoras apontam vários estudos realizados sobre o tema. Foi constatado que muitos surdos não estavam bem informados “sobre saúde sexual, estavam envolvidos em comportamento sexual de alto risco e confiavam primeiramente nas informações obtidas com seus pares” (JOSEPH *et al*, 1984 *apud* CURSINO *et al*, 2006, p. 36).

Pesquisa realizada por Souza e Pagliuca (2002) na Associação de Surdos do Ceará mostra que, num programa criado para atendimento e informações sobre sexualidade a jovens e adultos surdos, havia uma predominância de procura por informações sobre DSTs (doenças sexualmente transmissíveis), sobre uso de camisinha entre homens e métodos anticoncepcionais entre as mulheres.

Em contrapartida, em uma pesquisa quantitativa sobre a sexualidade de jovens e adultos, Cursino e demais autoras (2006, p. 41) constataram que havia uma preferência maior em abordar questões sobre relacionamentos afetivos entre os homens, enquanto as mulheres buscavam conhecer temas relacionados às DSTs e AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida). As autoras consideram a importância de programas específicos sobre a sexualidade para o público de surdos, afirmando ainda que o intérprete é imprescindível neste momento, pois os jovens e adultos ficam mais a vontade longe dos olhos vigilantes de seus pais, conseguindo explicar o que sentem e suas dúvidas diante dos temas apresentados.

Cursino (2006, p. 44) também aborda a importância e a necessidade de instrumentos ou material concreto mencionados por Minter (1983) em que os “conceitos sobre sexualidade sejam compreendidos quando se trata de orientação sexual” no caso dos surdos é importante que se pense em materiais visuais (figuras, filmes, fotografias) com uma linguagem simples, tornando possível a inclusão social dos surdos no mundo das informações.

A mulher e a mulher surda

Após a guerra, a luta da mulher foi marcada e consagrada historicamente pela data de 8 de março de 1857, quando, em Nova York, as operárias de uma tecelagem entraram em greve para reivindicar uma jornada menor e melhores condições de trabalho. Foram violentamente acuadas pelos patrões e pela polícia, trancando-as dentro da fábrica e ateando fogo no edifício. A intenção era inibir outras rebeliões, mas a morte destas mulheres teceu uma nova trajetória na vida de outras mulheres, atravessando gerações de luta por igualdade. Foi na II Conferência Internacional de Mulheres Socialistas, em 1910, na Dinamarca, que a ativista alemã Clara Zetkin propôs a criação de uma data comemorativa internacional, que hoje é celebrada oficialmente em quase todo o mundo, sendo inclusive data oficial reconhecida pela ONU (Organização das Nações Unidas).

No Brasil, algumas mudanças começaram a ocorrer quanto ao direito de divórcio, saúde, cultura. No Mato Grosso do Sul, no ano de 2003, o Governo criou uma Coordenadoria especial de políticas públicas para combater as discriminações e promover direitos às mulheres.

As mulheres de Campo Grande/MS organizaram uma mobilização e, em conjunto com a Coordenadoria e a Secretaria de Estado de Saúde e CAS/SED/MS, promoveram o I Encontro de Mulheres Líderes de Campo Grande/MS. No dia 30 de Outubro de 2004, as mulheres surdas, motivadas pela FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos), participaram deste evento para apontar as necessidades e elaborar as propostas para serem encaminhadas ao I Encontro Latino-Americano de Mulheres Surdas Líderes que ocorreria nos dias 18 e 19 de novembro de 2004, em Belo Horizonte/MG. Neste encontro debateu-se a realidade social da mulher surda na América Latina.

O intuito principal é o de desencadear movimentos pela mulher surda nos países latino-americanos. Presentes ao encontro mulheres surdas representando o Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. A Coordenação Geral foi de Gladis Perlin, única professora doutora surda brasileira até a presente data, representante da FENEIS. (VILHALVA, 2008).

Entre as mulheres surdas que coordenaram este Encontro, se destacaram: Shirley Vilhalva (MS), que debateu sobre Saúde Integral da Mulher Surda; Flaviane Reis (GO), que tratou da Violência Contra a Mulher Surda; Gisele Rangel (RS), que abordou o Poder e Participação Política; Karin Strobel (PR) falou sobre Gênero e Educação; Carolina Hessel (RS) e Sandra Lúcia Amorim (SC) discursaram sobre Direitos e Cidadania; e, finalmente, Kátia Pinheiro (CE), que abordou a questão da Ciência, Cultura e Comunicação. A partir das propostas trazidas por estas mulheres em favor da mulher surda, muitas conquistas foram alcançadas em São Paulo e Mato Grosso do Sul:

- Criação de atendimento especial em Libras à gestante surda através do SUS;

- Realização de palestras e atividades educativas em Libras sobre o aleitamento materno através de equipes multiprofissionais. Este atendimento pré-natal prepara a mãe ou o casal para as mudanças que ocorrerão desde a gestação ao nascimento. A preocupação estava em orientar os pais surdos:

Mudanças do corpo durante a gravidez, vida sexual da gestante, expectativa da família, a gestação, o aleitamento materno, o manejo básico da amamentação, a importância nutricional, afetividade, questões financeiras e praticidade da amamentação (ATRADEF e AMTESP- SP, 2005 apud FENEIS).

Estas conquistas de atendimento a mulher surda surge da ideia de inclusão social percebendo que o problema de exclusão pela diferença e pelo gênero não se dá apenas na escola, mas também na sociedade. A inclusão social é a aceitação e organização dos espaços sociais para receber as diferenças, e o que vemos acontecer são empresas, mercados, lojas, estabelecimentos públicos como Hospitais sem as estruturas arquitetônica mínimas, quanto menos a disponibilidade de um intérprete, ou um funcionário com língua de sinais para atender aos surdos.

Sá (1999, p. 157-158) coloca que não se pretende “incentivar a criação de grupos à parte”, mas reconhecer as “especificidades culturais” existentes na sociedade, e perceber que a “diferenciação linguística” é necessária para “possibilitar o desenvolvimento normal da cognição, da subjetividade, da expressividade e da cidadania da pessoa surda”.

Por esta razão, Santana e Bergamo (2005, p. 576) afirmam que os surdos preferem relações endogâmicas (casar-se com outro da mesma comunidade), por temerem o preconceito, a exclusão do convívio com seus iguais.

Os membros da comunidade crêem, tal como os membros de outras minorias culturais, que o casamento deve ser com outro membro pertencente à mesma minoria: o casamento com uma pessoa ouvinte é totalmente desaprovado. Ou seja, ainda permanece, implicitamente, o medo do preconceito.

Ao que parece, os surdos acabam estimulando uma postura endogâmica, característica própria às minorias. Com isso, os próprios surdos parecem estabelecer uma segregação com os ouvintes. Sentindo-se pressionados a falar, cobrados a ter de falar e escrever para conseguirem estudar e arranjar um bom emprego, acabam interpretando essas cobranças sociais como imposição e poder dos ouvintes sobre os surdos, o chamado “ouvintismo”, termo que só tem sentido no interior de uma di-visão social que é também a imposição de uma forma de fazer ver e de fazer crer as divisões do mundo social (SANTANA e BERGAMO, 2005, p. 576).

As atitudes na comunidade de surdos vêm sempre ao encontro das atitudes de outras comunidades minoritárias como os índios, negros e imigrantes, ou seja, há um desejo de perpetuar a cultura e de manter-se imponente a opressão da sociedade dominante. No caso dos surdos, a maioria deseja constituir família com outros surdos.

A mulher surda procura ser valorizada e respeitada por ser mulher e, principalmente, por ser surda. Ser mulher e ser mulher surda são duas situações que implicam discernimento sobre direitos de igualdade social. Em suas constantes lutas, as mulheres mostram que não são apenas um aparelho reprodutor, mas que também são mulheres inteligentes, competentes, política, social e profissionalmente organizadas.

Para finalizar, quero prestar uma homenagem a todas as mulheres com poesias de duas autoras surdas:

Acordem, belas mulheres
Hoje não é mesmo dia como todos os dias...
Acordem, belas mulheres, está na hora
de mudar na vida das mulheres...
Lutem para apoiar outras belas mulheres!
Carolina Hessel
(*Poetisa Surda*)
De menina sapeca
Que transborda beleza.
Transformando menina-moça-mulher.
Despertando em si a
Mulher Surda, guerreira, acima de tudo Mulher.
Shirley Vilhalva
(*Poetisa Surda*)

Consideração finais

É preciso perceber que a comunidade dos surdos se movimenta conforme a sociedade se movimenta, com suas lutas de classes, com suas lutas por igualdade, por suas lutas por direitos, por suas lutas femininas, por seus ideais de vida e filosofias. Como pode a sociedade ficar neutra diante de um movimento tão forte que atravessa gerações, que percorre o mundo afirmando e reafirmando uma identidade cultural e linguística?

Como pode uma sociedade não se sensibilizar diante de um mundo que está constituído bem diante de seus narizes, e simplesmente ignorar? Por que assim é mais fácil, por que assim a sociedade machista e ouvintista não precisa se culpar pela diferença não atendida?

A comunidade dos surdos não se permite derrotar, a mulher surda não se permite discriminar por duas vezes, uma por ser mulher e outra por ser surda. Por anos se lutou pelo direito a língua e se conquistou; por anos se lutou para provar que havia uma cultura e se conquistou. Mas ainda se luta para provar que ser surdo é ser diferente e não deficiente em meio à diversidade.

Nunca se desistiu, sempre houve um estímulo para continuar lutando. A cada diagnóstico ouvintista sobre o surdo, mais se luta para provar a deficiência do ouvinte.

Referências

BUENO, José Geraldo Silveira. Surdez, linguagem e cultura. *Cad. CEDES* [online]. 1998, v. 19, n. 46. ISSN 0101-3262. doi: 10.1590/S0101-32621998000300005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010132621998000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 de Maio de 2008.

CURSINO, Milene Helen *et al.* Orientação sexual para jovens adultos com deficiência auditiva: relato de pesquisa. *Revista Brasileira de Educação Especial*. v. 12 n.º1. Marília: Jan./Abr. 2006. p. 29-48.10 p. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382006000100004>. Acesso em: 18 de Março de 2008.

DINIZ, Débora. *Autonomia reprodutiva: um estudo de caso sobre a surdez*. Série Anis 21. Brasília: Letras Livres, nov. 2001. 6 p. Disponível em <[http://www.anis.org.br/serie/artigos/sa21\(diniz\)surdez.pdf](http://www.anis.org.br/serie/artigos/sa21(diniz)surdez.pdf)>. Acesso em 12 de Abril de 2008.

MOURA, Germana Silva de Oliveira; SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima; NETO, João Pedro Santana. Sinais de gênero e sexualidade. *Anais da 58ª Reunião Anual da SBPC*. Florianópolis, julho/2006. Disponível em <http://www.sbpcnet.org.br/livro/58ra/SENIOR/RESUMOS/resumo_3128.html> Acesso em 12 de Abril de 2008.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. *Cultura, poder e educação de surdos*. São Paulo: Paulinas, 2006.

_____. *Educação de surdos; a caminho do bilingüismo*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1999.

SANTANA, Ana Paula; BERGAMO, Alexandre. *Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas*. Educ. Soc. vol. 26, n. 91, Campinas: Maio/Ago. 2005. p. 565-582. 18 p. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a13v2691.pdf>> Acesso em 10 de Abril de 2008.

SKLIAR, Carlos. Um olhar sobre o nosso olhar acerca da surdez e das diferenças. In: _____. *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

VILHALVA, Schirley. O despertar das mulheres surdas no Brasil. In: *Revista da FENEIS* [on line]. Disponível em <http://www.feneis.org.br/page/materias_despertarmulheres.asp>. Acesso em 6 de Março de 2008.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. Reflexões sobre a educação sexual da pessoa com deficiência. *Revista Brasileira de Educação Especial*. Marília, v.7, n.1, 2001 b. 10 p.